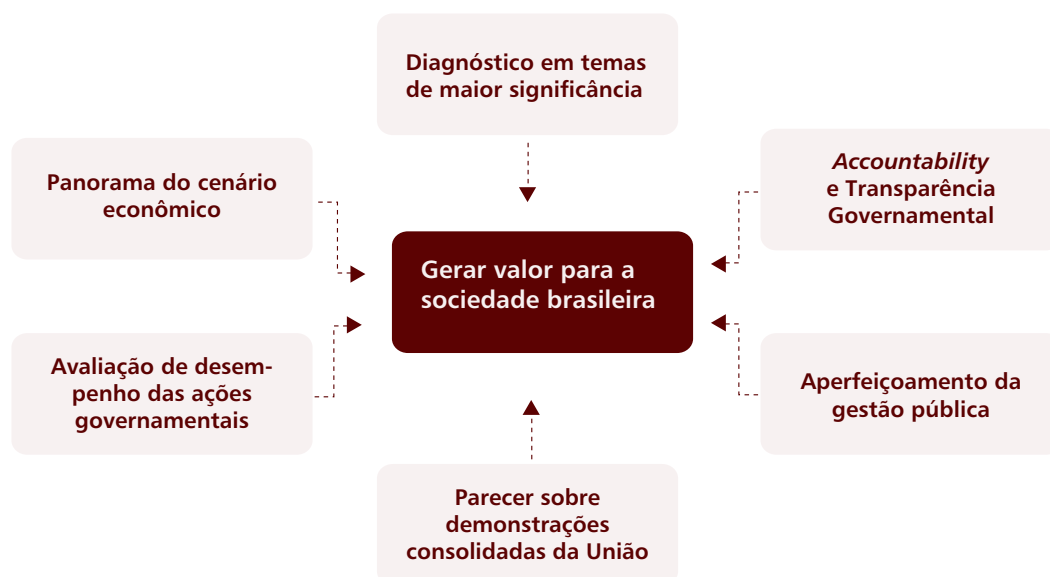


Desde a Constituição de 1934, compete ao Tribunal de Contas da União (TCU) emitir, a cada ano, parecer prévio sobre as contas prestadas pelo Presidente da República, relativas ao exercício financeiro anterior. A apreciação acontece em sessão extraordinária pública, na qual são submetidos ao Plenário do TCU o relatório e o parecer prévio. Após essa apreciação técnica, as contas são encaminhadas ao Congresso Nacional (CN) para realização do julgamento político.

As Contas do Governo cuidam, entre outros aspectos, da gestão pública sob os pontos de vista econômico, contábil, patrimonial, orçamentário, financeiro e operacional. Sendo assim, o relatório traz uma análise sobre a condução das políticas públicas; a evolução dos índices econômicos e sociais; e o cumprimento das metas fiscais e dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, são analisados o desempenho da arrecadação, considerando a previsão estabelecida no orçamento, e a execução das despesas do exercício. É apresentada, ainda, análise sobre a ação setorial do Governo, dividida conforme as funções orçamentárias.

A apreciação das Contas do Governo é um instrumento de transparência que possibilita o exercício do controle social, na medida em que permite ao cidadão acompanhar e cobrar melhores resultados da atuação governamental.

Resultados e Impactos esperados com o Relatório das Contas do Governo



Anualmente o Presidente da República envia ao Congresso Nacional as contas consolidadas do exercício anterior. Isso acontece em até sessenta dias a contar de 2 de fevereiro, data em que se inicia a sessão legislativa ordinária. É o Congresso que remete essa prestação de contas ao TCU para que, também no prazo máximo de sessenta dias após seu recebimento, faça uma avaliação técnica detalhada, que resultará no parecer prévio.

O parecer do TCU é chamado prévio, pois o parecer utilizado pelo Congresso Nacional para julgamento das Contas é emitido pela Comissão Mista Permanente, formada por Deputados e Senadores.

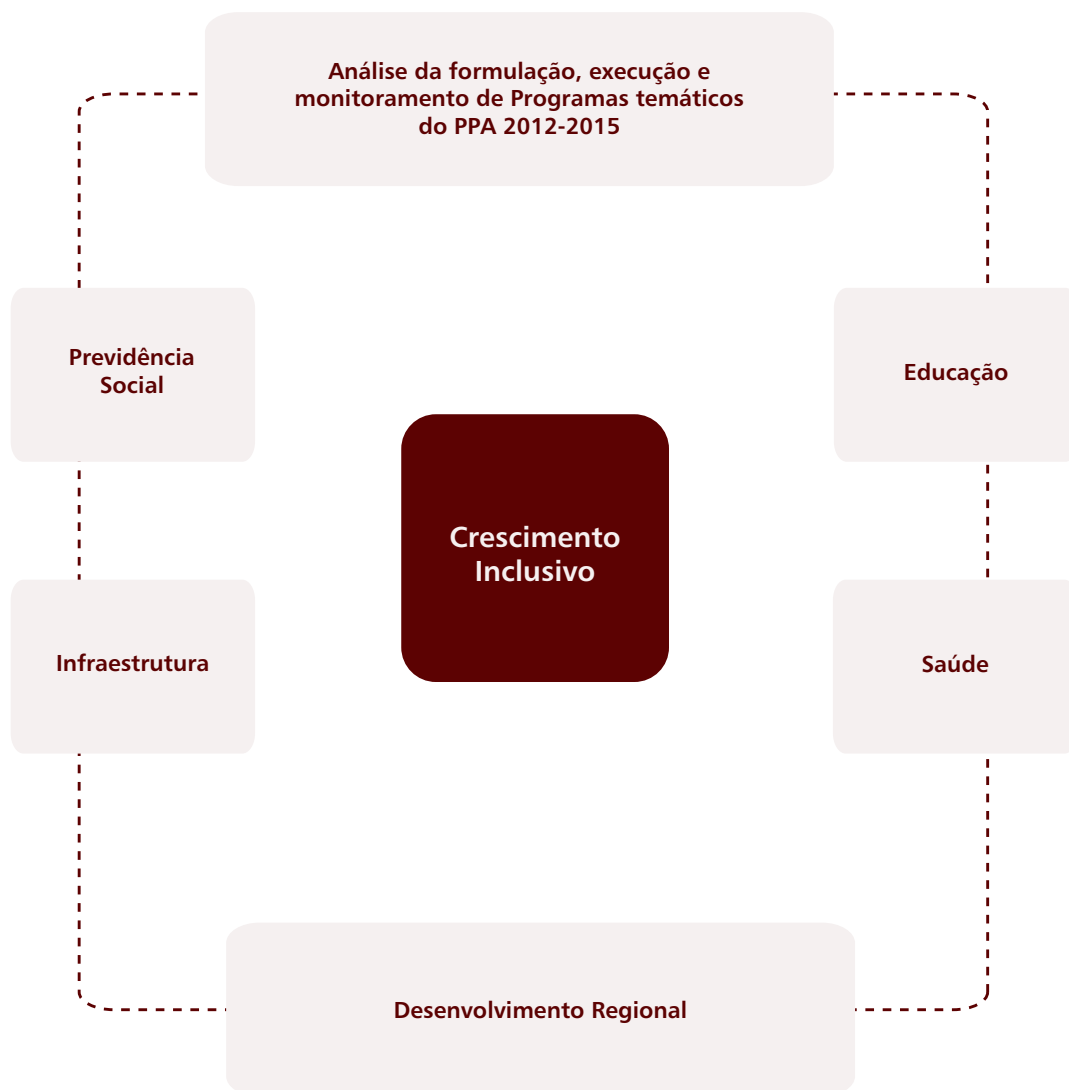
Para apreciação das contas do segundo ano de gestão do Governo da Presidente da República Dilma Rousseff, relativas ao exercício de 2012, o ministro José Jorge foi o relator sorteado. O tema de destaque para este ano é o Crescimento Inclusivo. O objetivo é avaliar se a formulação e a implementação das políticas públicas nas áreas de educação, saúde, desenvolvimento regional, infraestrutura e previdência propiciam o alcance dos objetivos traçados pelo próprio Governo e, assim, se estão promovendo a inclusão socioeconômica de indivíduos, grupos sociais

O TCU emite parecer prévio pela regularidade, regularidade com ressalva (quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário) ou irregularidade das contas.

e regiões, e contribuindo para a promoção do crescimento econômico do País. Além disso, outros destaques escolhidos para compor o relatório são a política nacional de combustíveis e a política de previdência.

Tema de destaque das Contas do Governo do exercício de 2012

A apreciação das Contas do Governo de 2012 pelo TCU dá destaque às principais políticas públicas e programas temáticos que visam ao alinhamento entre inclusão e crescimento econômico, buscando analisar seus impactos mútuos, os avanços já obtidos e os desafios que se impõem para o futuro.



Estas fichas-síntese destacam pontos importantes da gestão e visam a facilitar o entendimento do relatório completo. Acesse o conteúdo na íntegra no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/contasdogoverno.

Boa leitura.